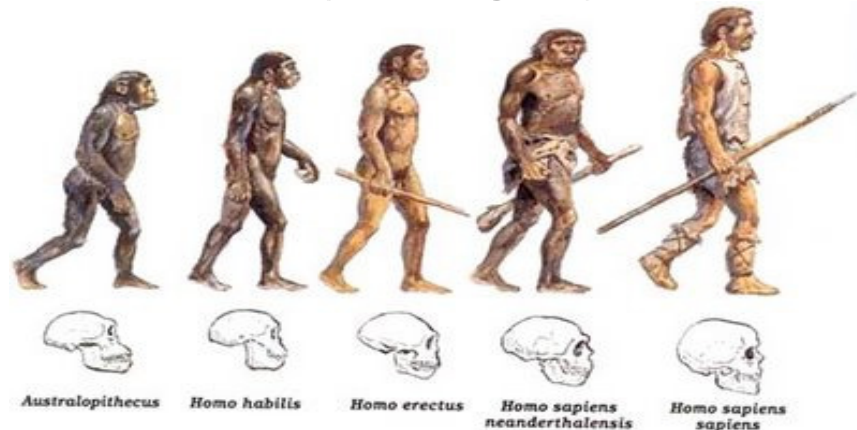


LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 03, ASSINALANDO A ÚNICA CORRETA.

DE ONDE VIEMOS: “OUT OF AFRICA” OU DE MUITOS LUGARES?



Há um debate acirrado entre paleontólogos sobre a origem do homem moderno. Por um lado, a chamada teoria “multiregional”, ou da “continuidade regional”, afirma que primatas do gênero *Homo* saíram da África de 1,8 a 2 milhões de anos atrás. De lá, espalharam-se pela Ásia e Europa, diferenciados em diferentes espécies – *Homo ergaster*, *Homo erectus*, *Homo heidelbergensis*, *Homo neanderthalensis* – que, encontrando-se e misturando-se, gradualmente, e em diferentes lugares do mundo, deram origem ao *Homo sapiens*. No outro lado da barricada, a teoria chamada “*Out of Africa*” diz que o homem surgiu, sim, na África. Porém, duas vezes. Quer dizer, da primeira vez, dando origem a espécies que se extinguíram todas; da segunda vez, apenas 150 ou 200 mil anos atrás, aparecendo já em sua forma moderna, de *Homo sapiens*. “Volta e meia, há uma grande discussão envolvendo essas teorias. A polêmica com os paleoantropólogos foi, e ainda é, acirrada”, diz a doutora Olga Rickards. “Mas não podemos nos esquecer de que agora, graças à análise do DNA, as dúvidas estão hoje praticamente resolvidas.”. É o que ela acha ... Esperemos, então, que assim seja.

(Yurij Castelfranchi – texto adaptado)

01. A respeito dos elementos linguísticos do texto, avalie os itens a seguir:

1. O termo negrito em: “De **lá**, espalharam-se pela Ásia e Europa, diferenciados em diferentes espécies” constitui referência de lugar e corresponde, no texto, a “Ásia e Europa”.
2. A expressão destacada em: “**Volta e meia**, há uma grande discussão envolvendo essas teorias”, constitui referência temporal.
3. O trecho “**Quer dizer**, da primeira vez, dando origem a espécies que se extinguíram todas ...” esclarece o segmento anterior e a expressão destacada introduz esse esclarecimento.
4. Em: “**No outro lado da barricada**, a teoria chamada “*Out of Africa*” diz que o homem surgiu, sim, na África.”, a expressão sublinhada metaforiza o conceito de adversidade.

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 2 e 4, apenas.
- D) 1 e 3, apenas.

02. Acerca das estruturas morfossintáticas do texto, avalie os itens a seguir:

1. Na seguinte construção frasal: "... da primeira vez, **dando** origem a espécies que se extinguiram todas; da segunda vez, apenas 150 ou 200 mil anos atrás, **aparecendo** já em sua forma moderna, de *Homo sapiens*.", o emprego das formas grifadas indicam um processo verbal ainda não finalizado.
2. No trecho: "... diferenciados em diferentes espécies – *Homo ergaster*, *Homo erectus*, *Homo heidelbergensis*, *Homo neanderthalensis* –.", todas as vírgulas foram usadas com a finalidade de separar os elementos de uma enumeração.
3. No trecho: "Mas não podemos nos **esquecer** de que agora, graças à análise do DNA ...", a regência do verbo em destaque obedece à norma dita culta da língua.
4. Na oração adversativa: "Porém, duas vezes.", a vírgula toma lugar do verbo subentendido.

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 3 e 4, apenas.
- D) 2 e 3, apenas.

03. "Esperemos, então, que assim seja." (último parágrafo)

No trecho acima, o emprego da primeira pessoa do plural em "esperemos" se justifica porque o autor:

- A) se refere a ele e à doutora citada no texto.
- B) engloba o autor e os paleontólogos.
- C) abrange o autor e os possíveis leitores.
- D) distraiu-se sobre o tratamento até então dado ao tema.

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES NUMERADAS DE 04 A 09, ASSINALANDO A ÚNICA CORRETA.

SOBRE O GENOMA HUMANO E OS DIREITOS DO HOMEM

A Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os direitos do Homem é um texto denso na conceituação e claro nas recomendações, quase sempre ditadas pela ética. Em seus 25 artigos reitera basicamente princípios que vêm se consolidando como pilares no domínio da bioética.

A liberdade de investigar é defendida incessantemente e há muito dinheiro, indústria e propaganda envolvidos nesse processo. Mas as responsabilidades inerentes às atividades dos pesquisadores não são apenas de ordem material. Elas são também de ordem moral e ética. O rigor, a prudência, a honestidade intelectual e a integridade são essenciais. Na condução das pesquisas, como na apresentação e utilização de seus resultados, elas devem ser objeto de atenção particular, especialmente no âmbito das investigações sobre o genoma humano, em vista de suas implicações éticas e sociais, uma vez que a falta desses zelos poderiam até tornar as investigações ilícitas. Ficariam sem credibilidade se não fossem tomados esses cuidados. Os recentes relatórios da OMS corroboram tais ponderações.

Enfim, os direitos humanos só existem se forem respeitados.

(Aquiles Zuben – 2007. Revista Centro Universitário São Camilo – fragmento)

04. "Mas as responsabilidades inerentes às atividades dos pesquisadores **não são apenas de ordem material.**" (2º parágrafo), a presença do segmento em destaque indica que, na continuidade do texto, haverá um termo de valor:

- A) aditivo e pertencente a uma outra ordem.
- B) adversativo e pertencente a uma ordem diferente da citada.
- C) explicativo e pertencente à mesma ordem já referida.
- D) conclusivo e pertencente à ordem citada anteriormente.

05. No seguinte trecho: “*Mas as responsabilidades inerentes às atividades dos pesquisadores não são apenas de ordem material. Elas são também de ordem moral e ética.*” (2º parágrafo), a correlação entre as palavras do texto que dão o sentido de continuidade, expresso na questão anterior, ocorre entre

- A) denso / claro
- B) liberdade / responsabilidades
- C) apenas / também
- D) apresentação / utilização

06. “*Ficariam sem credibilidade se não fossem tomados esses cuidados.*” (2º parágrafo).

No trecho acima, a relação entre as duas orações mostra que a

- A) primeira se realiza contanto que a segunda não se realize.
- B) segunda é consequência da primeira.
- C) primeira é uma hipótese para a realização da segunda.
- D) primeira é motivada pela segunda.

07. “... os direitos humanos só existem **se** forem respeitados.” (último parágrafo).

No trecho acima, o nexos coesivo sintático **se** nos permite reconhecer, entre as orações, uma relação semântica de

- A) conclusão.
- B) conformidade.
- C) condição.
- D) causa.

08. O item em que a palavra destacada tem um sinônimo corretamente indicado ao contexto é:

- A) “... quase sempre **ditadas** pela ética.” – impostas
- B) “Em seus 25 artigos **reitera** basicamente...” – regulamenta
- C) “... tornar as investigações **ilícitas** ...” – perigosas
- D) “... **corroboram** tais ponderações.” – contrariam

09. “*Na condução das pesquisas, como na apresentação e utilização de seus resultados [...] em vista de suas implicações éticas e sociais, **uma vez que** a falta desses zelos poderiam até tornar as investigações ilícitas.*” (2º parágrafo).

O termo que substitui o trecho grifado acima, sem alteração de sentido, é:

- A) já que
- B) ainda que
- C) posto que
- D) apesar de que

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES NUMERADAS DE 10 A 15, ASSINALANDO A ÚNICA CORRETA.

COBAIAS

A indagação básica que continua presente para a sociedade atual diz respeito ao significado e alcance das investigações biomédicas e à experimentação humana. O tema é complexo e ambíguo e chega a amedrontar na medida em que extrapola o plano tecnocientífico e atinge a própria situação existencial do ser humano em todas as suas dimensões. Mesmo como investigação científica, modelo eminente de saber rigoroso e especializado, não se limita a um certo número de indivíduos na sociedade.

Enquanto isso, alguns elementos que se dizem da comunidade científica, e que, provavelmente, fazem experimentos humanos, talvez sem o rigor ético, ensaiam o anúncio de descobertas, prometem respostas que ainda estão por vir.

Digamos que essas não venham. Qual a alternativa oferecida a todos nós? Pedir que esperemos mais ainda pelos resultados dos experimentos, por melhores que sejam, entre eles os que desenvolveriam a vacina contra o câncer? Não poderiam esses adoráveis senhores de jalecos brancos parar um pouco e olhar para nós, simples mortais curiosos?

O que se pode é justificar o silêncio fundamentado na razão de que a medicina, como investigação visando novos conhecimentos e prática terapêutica, desde tempos imemoriais, está profundamente vinculada à condição humana na sua finitude e fragilidade, na dialética da saúde-doença. Mas seria o bastante?

Para o encaminhamento dessas questões, diante de reveses e desvios condenáveis no passado recente da humanidade, esperamos, sim, tratamento digno e humano; e que se amplie um cenário de diálogo, como uma nova manifestação de atitude ética.

(Marceline La Roque – REMAL – Revista de medicina alternativa São Paulo, 2007, fragmento, adaptado)

10. Em relação ao texto lido, assinale a opção correta.

- A) Como se trata de um texto crítico sobre a situação existencial do ser humano, o nível de formalidade, as escolhas vocabulares e a impessoalidade da linguagem estão adequados a textos de correspondências oficiais.
- B) Trata-se de um texto exclusivamente de natureza narrativa, em linguagem conativa empregada em nível coloquial, que apresenta fatos e personagens do mundo científico agindo no tempo e no espaço.
- C) É um texto em que há evidência de que o seu autor faz uso do tema para opinar, também em linguagem persuasiva, dissertando sobre questões de investigações biomédicas e experimentação humana.
- D) Além de avaliar positivamente a condução das investigações biomédicas e os experimentos, o texto, de natureza dissertativa, se aproveita do tema para opinar sobre questões existenciais da humanidade.

11. “Digamos que essas não venham.” (3º parágrafo).

Em termos argumentativos, a respeito do trecho acima, o segmento anterior a ele indica.

- A) hipótese a respeito de fato futuro sobre a qual o texto contra argumenta.
- B) argumento com o qual a jornalista pretende dar razão aos investigadores e aos experimentos.
- C) argumento dos pesquisadores, condenado provisoriamente pela jornalista.
- D) inferência segura sobre fatos comprovados e que a jornalista condena.

12. Em “... esperamos, sim, tratamento digno e humano ...” (último parágrafo), a autora reforça sua opinião sobre algo polêmico. Nesse caso, o uso do advérbio **sim** significa que

- A) se trata de uma verdade universalmente aceita.
- B) a jornalista quer confirmar o que dizem os pesquisadores.
- C) o artigo escrito apresenta um certo ar irônico.
- D) a jornalista afirma algo que pode receber opiniões opostas.

13. “Não poderiam esses adoráveis senhores de jalecos brancos parar um pouco ...?” (3º parágrafo).

No trecho acima, a jornalista, coerente com o tom que dá ao texto, faz uso de um recurso de linguagem que se relaciona com a

- A) expressão exagerada de uma idéia.
- B) oposição entre o falso atribuído e o verdadeiro.
- C) aproximação entre dois elementos que se identificam.
- D) intenção de suavizar uma expressão.

14. “Digamos que **essas** não venham. Qual a alternativa oferecida a todos nós? Pedir **que** esperemos mais ainda pelos resultados dos experimentos, por melhores que sejam, entre **eles os** que desenvolveriam a vacina contra o câncer?” (3º parágrafo).

No segmento acima, há uma série de vocábulos que, estabelecendo a coesão textual, se referem a elementos anteriores, no texto:

1. “Digamos que **essas** não venham.” – respostas
2. “Pedir **que** esperemos ...” – a sociedade
3. “... melhores que sejam, entre **eles** ...” – experimentos
4. “... **os** que desenvolveriam ...” – experimentos

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 3 e 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 2 e 4, apenas.

15. “Enquanto isso, alguns elementos que se dizem da comunidade científica, e que, provavelmente, fazem experimentos humanos, talvez sem o rigor ético, ensaiam o anúncio de descobertas, prometem respostas que ainda estão por vir.” (2º parágrafo).

Dos termos grifados acima, há dois que exercem a mesma função sintática e estão juntos na alternativa:

- A) “alguns elementos” – “comunidade científica”
- B) “experimentos humanos” – “o anúncio”
- C) “provavelmente” – “respostas”
- D) “alguns elementos” – “rigor ético”

ÁREA DE ATUAÇÃO GERAL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE **16 A 30**, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

16. O PNAGE e o PNAFE fazem parte integrante de um Plano do Governo Federal para modernização da gestão administrativa e fiscal. Que plano é este?

- A) Plano Diretor de Reforma do Estado – PDRE.
- B) Plano de Descentralização e Delegação de Competências do Decreto-Lei 2000.
- C) Plano de Desburocratização do Governo Federal
- D) Plano de Administração do Serviço Público – DASP.

17. Em qual das alternativas abaixo constam os 03 (três) princípios do Plano de Modernização da gestão pública adotado pelo Governo Federal?

- A) Hierarquia; rigidez do cargo; gerencialismo.
- B) Redução de custos; cargo comissionado; descentralização.
- C) Desburocratização; descentralização; transparência.
- D) Competitividade; profissionalismo; rigidez do cargo.

18. A Nova Gestão Pública traz como um de seus fundamentos o chamado movimento do Novo Gerencialismo, que se caracteriza pelo objetivo de “fazer mais com menos”. Qual das alternativas abaixo contém as medidas adotadas para a consecução desse objetivo?

- A) Cortar pessoal; aumentar o atendimento; aumentar salários.
- B) Privatizar em massa; cortar pessoal; devolver atividades à iniciativa privada.
- C) Reduzir jornada de trabalho; reduzir horas-extras no serviço público; descentralizar.
- D) Melhorar o atendimento com o aumento do salário; delegar poder; cortar orçamento.

19. Os movimentos nacionais de Reforma do Estado se desenvolveram a partir de um contexto de crise global. Os governos do Brasil se depararam com situações internas na administração pública que foram atacadas como ponto de partida das reformas. Em que alternativa abaixo está indicando fatores internos que levaram os governos a adotarem a Nova Gestão Pública?

- A) Administração por objetivos; Processos flexíveis em andamento.
- B) Redução dos custos; Empresas privatizadas.
- C) Racionalização e controle orçamentário; Eficiência na gestão.
- D) Centralização e verticalização das estruturas; Morosidade e lentidão do processo decisório.

As questões numeradas **20**, **21** e **22** devem ser respondidas na conformidade do que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais – Lei Nº 8.112/90 – RJ, e alterações posteriores.

20. Aponte as alternativas que contêm as modalidades pelas quais ocorre a vacância dos cargos no serviço público federal.

1. ascensão, exoneração e falecimento.
2. demissão, promoção e aposentadoria.
3. transferência, remoção e redistribuição.
4. exoneração, readaptação e posse em outro cargo inacumulável.
5. remoção, substituição e reversão.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 4 e 5.
- C) 1 e 2.
- D) 2 e 4.

21. Em relação ao Estágio Probatório e à Estabilidade do Servidor Público Federal, é correto afirmar que o (a)

1. Estágio Probatório é o período de vinte e quatro (24) meses durante o qual o servidor público é avaliado a respeito de sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.
2. avaliação do servidor público durante o Estágio Probatório leva em consideração sua assiduidade, a disciplina, a capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
3. servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar três (3) anos de efetivo exercício;
4. servidor não aprovado no Estágio Probatório do cargo para o qual foi habilitado em concurso público será exonerado deste e de outro que já ocupava anteriormente.
5. servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2, 3 e 5.
- C) 1, 3 e 4.
- D) 2, 4 e 5.

22. A respeito dos direitos do servidor público federal, é correto afirmar que

1. o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo do servidor federal, prescreve em cinco (5) anos quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
2. é contado para todos os efeitos o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
3. é assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.
4. o servidor fará jus a trinta (30) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois (2) períodos, no caso de necessidade do serviço.
5. em qualquer caso, considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 2, 4 e 5.
- C) 1, 4 e 5.
- D) 2, 3 e 4.

23. Constituem princípios e normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº. 1.171/94,

1. a manutenção do sigilo, em qualquer caso, a respeito dos atos administrativos.
2. a moralidade do ato administrativo tem como finalidade o bem comum.
3. a função pública integra a vida profissional e particular do servidor público.
4. os erros eventuais do servidor público caracterizam imprudência no desempenho de suas funções.
5. a ausência do servidor público, mesmo que justificada, é fator de desmoralização do serviço público.
6. a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados que devem nortear o servidor público no exercício de seu cargo ou função ou fora dele.

O correto está apenas em:

- A) 3, 4 e 6.
- B) 1, 4 e 5.
- C) 2, 3 e 6.
- D) 1, 2 e 5.

24. A Lei nº. 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, divide tais atos em duas espécies: aqueles que importam em “enriquecimento ilícito” e aqueles que “causam prejuízo ao erário”.

Faça a correspondência entre a coluna da esquerda com a coluna da direita, de modo a tipificar as espécies de atos de improbidade mencionadas.

ESPÉCIES DE ATOS DE IMPROBIDADE	TIPIFICAÇÃO
1 – Enriquecimento Ilícito	() permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao do mercado.
	() utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer ente público.
	() perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
	() ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
2 – Prejuízo ao Erário	() permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer ente público
	() facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidade pública.
	() receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão das atribuições do agente público.

A sequência correta, de cima para baixo, está apenas em:

- A) 1, 2, 1, 1, 2, 1, 2.
- B) 2, 1, 1, 2, 2, 2, 1.
- C) 2, 1, 1, 1, 2, 1, 2.
- D) 1, 2, 2, 2, 1, 1, 1.

25. Aponte as assertivas que correspondem a conceitos contidos na Lei nº. 8.429/92, que estabelece penalidades aos atos de improbidade cometidos por agentes públicos.

1. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente responde pelo valor integral do dano causado ao erário.
2. Cabe à autoridade administrativa responsável pela apuração do ato de improbidade que causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, o dever de representar ao Ministério Público para que promova a indispensabilidade dos bens do autor do delito.
3. Qualquer pessoa pode representar a autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
4. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
5. Para os fins da Lei nº 8.429/92 agente público é apenas aquele que exerce emprego ou função em entidade estatal.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 5.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 1, 2 e 3.
- D) 2, 3 e 4.

26. Em relação à modalidade de licitação denominada “pregão”, é correto afirmar, segundo dispõem a *Lei nº 10.520/02* e o *Decreto nº. 5.450/05*, que

1. a Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, pode ser adotada para aquisição de bens, serviços comuns, obras de engenharia, locações imobiliárias e alienações em geral.
2. a equipe de apoio ao pregoeiro na Licitação na modalidade Pregão deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego na administração pública, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
3. a anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.
4. a designação do pregoeiro na Licitação na modalidade Pregão poderá ocorrer para o exercício da função pelo período de um ano, admitindo-se reconduções ou para licitação específica.
5. os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica não precisam se credenciar previamente perante o provedor do sistema eletrônico.

O correto está apenas em:

- A) 2, 4 e 5.
- B) 1, 2 e 3.
- C) 2, 3 e 4.
- D) 1, 4 e 5.

27. Assinale as alternativas que correspondem a disposições da *Lei nº 8.666/93 – Lei das Licitações*.

1. Exceto quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, os procedimentos da licitação são públicos e acessíveis ao público.
2. Subordinam-se ao regime da *Lei nº. 8.666/93* apenas os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
3. É vedada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo;
4. A Administração pode conceder direito real de uso de bens imóveis, mediante licitação, quando o uso se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública.
5. Os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização da modalidade de licitação concurso, com estipulação previa de prêmio ou remuneração, exceto nas hipóteses de inexigibilidade.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 5.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 1, 4 e 5.
- D) 2, 4 e 5.

28. Havendo empate entre concorrentes no processo licitatório, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços

1. produzidos ou prestados por empresas de economia mista.
2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
3. produzidos no Brasil.
4. produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
5. produzidos ou prestados por empresas públicas.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 1, 4 e 5.
- D) 2, 3 e 4.

29. À luz das disposições contidas na *Lei nº. 9.784/99* – que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – é correto afirmar que

1. o desatendimento por parte do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências importa no reconhecimento da verdade dos fatos e na renúncia a direito pelo administrado.
2. o interessado no processo administrativo poderá juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, na fase instrutória e antes da tomada de decisão.
3. são legitimados como interessados no processo administrativo apenas as pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
4. salvo disposição legal específica, é de trinta dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
5. a desistência ou renúncia de direitos do interessado, no processo administrativo, não prejudica o prosseguimento do processo se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
6. quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
7. o processo administrativo de que resulte sanções poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

O conjunto das assertivas corretas está apenas em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2, 5, 6 e 7.
- C) 3, 4, 5 e 6.
- D) 1, 3, 4 e 7.

30. Quanto ao orçamento público, segundo a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, analise as assertivas abaixo.

1. A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios de unidade, universalidade e eficiência.
2. Integrarão a Lei de Orçamento, entre outros: o quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
3. Acompanharão a Lei de Orçamento, entre outros: os quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
4. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito, independentemente, de autorização legal.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 2 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1 e 4.

ÁREA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 31 A 60, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

31. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública tem por base princípios fundamentais destinados a orientar os atos praticados pelos seus servidores, garantindo assim a boa administração. Dentre as alternativas abaixo indique as que contêm as definições corretas, relativas a esses princípios.

1. Legalidade: a Administração Pública só poderá fazer o que estiver previsto em lei.
2. Legitimidade: todos os atos praticados por agentes da administração pública devem ter legitimidade.
3. Impessoalidade: atos e provimentos administrativos são imputáveis, não ao funcionário que o pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário.
4. Publicidade: o poder público deve sempre agir com a maior transparência possível, exigindo-se a publicação dos atos que devam surtir efeitos externos.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 2 e 4.

32. Atos administrativos são atos jurídicos que constituem, modificam, suspendem ou revogam situações jurídicas. Para sua validade, esses atos devem obedecer a alguns requisitos. Dentre as proposições abaixo, quais as que contêm esses requisitos?

1. Legitimidade, auto-executoriedade e exigibilidade.
2. Competência, finalidade e forma.
3. Motivo e objeto.
4. Coercibilidade, imperatividade e tipicidade.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1 e 4.

33. Os atos administrativos podem ser agrupados em normativos, ordinários, negociais enunciativos e punitivos. Nas opções abaixo marque as que contêm a definição correta.

1. Normativos: visam disciplinar o funcionamento da administração pública e à conduta funcional de seus agentes.
2. Negociais: contêm uma declaração de vontade da administração, apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular nas condições impostas ou consentidas pelo poder público.
3. Enunciativos: limitam-se a certificar ou atestar um fato ou emitir opinião sobre determinado assunto, constantes de registros, processos e arquivos públicos vinculados ao motivo e conteúdo.
4. Punitivos: contêm um comando geral do executivo com vistas ao cumprimento da lei.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1 e 2.
- C) 2 e 4.
- D) 2 e 3.

34. O ato administrativo pode ser extinto por seu natural cumprimento, por conveniência da administração pública ou quando estiver eivado de vícios. Entre as alternativas dispostas abaixo, identifique aquelas que correspondem à definição correta:

1. Caducidade: falta de interesse da administração pública em mantê-lo vigente.
2. Anulação: quando o ato estiver eivado de vícios pode a administração pública anulá-lo de ofício ou por provocação de terceiros ou por determinação do poder judiciário, quando todos os efeitos provocados também se tornam nulos em razão da retroatividade.
3. Cassação: extingue-se pelo natural cumprimento do ato.
4. Revogação: a administração pública não julga mais oportuno e nem conveniente a sua existência. Nesse caso é garantido o amplo direito de defesa das partes interessadas e cessam seus efeitos a partir da revogação, competência exclusiva da administração pública, não cabendo invocação judicial.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 2 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 1 e 4.

35. As normas administrativas não podem ser aplicadas retroativamente, em obediência aos seus princípios básicos. Entre as alternativas abaixo, marque a única que veda a aplicação retroativa, com base nesses princípios.

- A) Razoabilidade.
- B) Proporcionalidade.
- C) Segurança jurídica.
- D) Legalidade.

36. Considerando que a Constituição Federal de 1988 instituiu em seu Art. 74 e respectivos incisos um sistema de controle sobre a administração pública, é correto afirmar que os objetivos propostos foram

1. exclusivamente acabar com a corrupção na administração pública.
2. observar os princípios básicos implícitos ou expressos no texto constitucional com ênfase para a economicidade, eficácia, eficiência, efetividade e moralidade da administração pública.
3. estabelecer apenas um controle interno sobre os servidores públicos.
4. instituir não somente um controle interno como também externo, exercido pela própria administração pública bem como pelos poderes legislativo e judiciário.

O correto está apenas em:

- A) 2 e 4.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 1, 2 e 3.
- D) 1 e 3.

37. Considerando que o Tribunal de Contas da União constitui-se em um órgão de controle externo da administração pública, podemos afirmar que

1. terão eficácia de título executivo as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa.
2. o poder legislativo não tem competência para impedir que o Tribunal de Contas da União realize uma inspeção ou auditoria em uma das suas unidades administrativas.
3. das decisões do Tribunal de Contas da União caberá recurso ao Congresso Nacional.
4. as decisões do Tribunal de Contas da União podem ser alvo de revisão judicial.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 1, 2 e 4.

38. Os bens de domínio público, embora estejam sob a responsabilidade da União nos aspectos da administração, manutenção, conservação e vigilância, existe a possibilidade de ficarem condicionados ao uso privativo de pessoas ou grupos de pessoas determinadas sob os institutos da autorização, permissão ou concessão. Com base em um desses institutos, identifique abaixo, as alternativas que contêm as proposições corretas.

1. Independe de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
2. As autorizações e concessões serão por tempo indeterminado.
3. A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiro ou empresas que observem a legislação brasileira, com sede e administração no país.
4. As autorizações e concessões poderão ser cedidas ou transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 2 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1 e 2.

39. Com base na Constituição Federal de 1988, constituem-se em bens públicos exclusivos da União,

1. lagos e rios navegáveis.
2. mar territorial.
3. terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
4. terras devolutas.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1 e 4.

40. Conforme dispõe a Lei nº 8.666/93, o regime jurídico único dos contratos administrativos confere, em relação a eles, algumas prerrogativas. Nas alternativas abaixo, identifique as que contêm essas prerrogativas.

1. Modificá-los unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos dos contratados.
2. Alterar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
3. Fiscalizar-lhe o exercício.
4. Alterar o prazo de vigência do contrato, quando for de conveniência da administração pública.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 2 e 4.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 3 e 4.

41. Uma das causas que enseja a rescisão contratual pela administração pública, consiste na inexecução total ou parcial do contrato administrativo. Porém, a Lei nº 8.666/93 determina outras causas que têm como consequência a rescisão contratual. Identifique entre as assertivas abaixo, as que estão corretas.

1. O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
2. O atraso, mesmo que justificado, do início da obra, serviço ou fornecimento.
3. A decretação de falência ou instauração de insolvência civil da outra parte.
4. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2 e 3.
- C) 2 e 4.
- D) 1, 3 e 4.

42. A licitação tem por objetivos garantir o cumprimento do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta considerada mais vantajosa para a administração pública. Considerando o Art. 22 da Lei nº 8.666/93, são modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. Entre as alternativas abaixo, marque a única que contém a definição correta em relação às modalidades previstas.

- A) Concorrência: é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento, observada a necessária qualificação.
- B) Convite: é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (03) pela unidade administrativa.
- C) Tomada de preços: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem preencher os requisitos mínimos de qualificação exigidos.
- D) Concurso: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

43. Na organização administrativa brasileira coexistem órgãos públicos criados para o exercício de atividades administrativas. Caracterizada como sendo um serviço público personalizado, a pessoa jurídica de Direito público, de capacidade exclusivamente administrativa na organização, intitula-se

- A) Sociedade de Economia Mista.
- B) Empresa Pública.
- C) Autarquia.
- D) Serviço Social autônomo.

44. A Lei nº 6.429/92, intitulada Lei de Improbidade Administrativa, disciplina os atos praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, Estado, Distrito Federal ou Município, da empresa incorporada ao patrimônio ou de entidade para cuja criação o erário tenha concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento (50%) do patrimônio ou da receita atual. Entre as alternativas abaixo identifique aquelas que correspondem aos atos de improbidade administrativa, que atentam contra os princípios da administração pública.

1. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
2. Frustrar a licitude de concurso público.
3. Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente.
4. Permitir ou facilitar a aquisição ou locação de bem ou serviço por preço superior ao mercado.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 2 e 4.
- C) 1, 2 e 3.
- D) 1 e 2.

45. Os atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos, servidores ou não, sofrerão sanções administrativas, civis e políticas. Nas alternativas abaixo determine aquelas que contêm a proposição correta.

1. Atos que dão ensejo ao enriquecimento ilícito terão como uma das sanções administrativas, a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de dez (10) anos como sanção civil entre outras, multa de até três (03) vezes o valor do dano e suspensão dos direitos políticos entre oito (oito) a dez (10) anos como sanção política.
2. Atos que geram prejuízos ao erário serão punidos com perda da função pública, multa de cinco (05) vezes o valor do dano e suspensão dos direitos políticos entre seis (06) a dez (10) anos.
3. Atos que atentam contra os princípios da administração pública ensejarão perda da função pública, a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três (03) anos, multa civil de até cem (100) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e como sanção política a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três (03) a cinco (05) anos.
4. A perda da função pública como sanção administrativa é comum a todas as espécies de atos, como forma de punição.

O correto está apenas em:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 2 e 4.
- C) 1 e 2.
- D) 1, 2 e 3.

46. Com base no Art. 5º da Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que são requisitos básicos para a investidura em cargo público:

- A) ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado, estar no gozo de seus direitos políticos, estar quites com as obrigações militares e eleitorais, ter nível de escolaridade compatível para o exercício do cargo, idade mínima de 21 anos e aptidão física e mental.
- B) ter nacionalidade brasileira, estar no gozo de seus direitos políticos e quites com as obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade em consonância com o exigido para o cargo, idade mínima de 18 anos e aptidão física e mental.
- C) ser brasileiro nato ou naturalizado, ter a idade mínima de 18 anos, estar no gozo de seus direitos políticos, não estar respondendo a processo judicial federal ou estadual, ter aptidão física e mental compatível para o cargo a ser exercido.
- D) ser brasileiro e ter sido aprovado em concurso público.

47. De acordo com a o Art. 127 da Lei nº 8.112/90, constituem-se em penalidades disciplinares aplicadas aos servidores públicos, a advertência, a suspensão, a demissão, a cassação de aposentadoria ou disponibilidade, a destituição de cargo em comissão e a destituição de atividade comissionada. Entre as alternativas abaixo, identifique aquela que contém atos passíveis de **demissão**.

- A) Recusar fé a documento público, ausentar-se do serviço durante expediente sem prévia autorização da chefia imediata, reincidência de faltas passíveis de advertência, manter sob sua chefia imediata em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau civil.
- B) Exercer qualquer atividade incompatível com o exercício do cargo ou função e no horário de trabalho.
- C) Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processos ou execução de serviços, retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição pública.
- D) Abandono de cargo, inassiduidade habitual, insubordinação grave em serviço, corrupção, revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo e improbidade administrativa.

48. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, definido pela Lei nº 8.112/90 dispõe que a investidura em cargo público ocorrerá através de

- A) nomeação em caráter efetivo ou em comissão.
- B) aprovação em concurso público de provas e títulos.
- C) posse com a assinatura de respectivo termo no qual constarão as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo a ser ocupado.
- D) publicação no Diário Oficial.

49. O processo administrativo disciplinar que se destina a apurar a responsabilidade civil de servidor público por infração praticada no exercício de suas atividades, constará de três fases e sua conclusão não poderá exceder

- A) trinta (30) dias corridos, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo.
- B) sessenta (60) dias contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual período quando as circunstâncias assim o exigirem.
- C) noventa (90) dias a partir da data que for constituída a comissão.
- D) cento e vinte (120) dias contados a partir da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por mais sessenta (60) dias, quando as circunstâncias assim o exigirem.

50. Considerando os prazos legais a serem cumpridos pela comissão processante em processos administrativos, pode-se afirmar que

- A) tipificada a infração disciplinar o servidor indiciado será citado por mandado, assegurando-se a ele o prazo de (20) dias para apresentar defesa escrita.
- B) encontrando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por Edital publicado no Diário Oficial e o prazo para defesa será de trinta (30) dias.
- C) a autoridade julgadora terá o prazo de vinte (20) dias, contados do recebimento do processo, para proferir a sua decisão.
- D) havendo pedido de revisão do processo a pedido ou de ofício, o prazo para a Comissão revisora será de trinta (30) dias para a conclusão do trabalho.

51. Considerando os princípios que regem a República Federativa do Brasil, a disposição legal “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, determina o princípio da

- A) igualdade de todos os cidadãos.
- B) isonomia.
- C) anterioridade da lei.
- D) irretroatividade da lei.

52. Constituem-se em objetivos da República Federativa do Brasil:

- A) prover a cidadania, a dignidade da pessoa e o pluralismo político.
- B) construir uma sociedade livre e justa, garantir o desenvolvimento nacional e promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação.
- C) promover os valores do trabalho e da livre iniciativa.
- D) manter a soberania e a igualdade entre os Estados.

53. Entre os direitos e garantias fundamentais dispostos no Art. 5º da Constituição Federativa do Brasil, incluem-se:

- A) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, a propriedade atenderá sua função social e o Estado promoverá na forma da lei, a defesa do consumidor.
- B) o direito à educação, à saúde, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.
- C) a proteção ao emprego e respectivo salário, o seguro desemprego, a licença à gestante e a proteção do mercado de trabalho da mulher.
- D) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até a idade de seis (06) anos em creches e pré-escolas, e a proibição de qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência física.

54. Considerando o disposto na Carta Magna, marque a única alternativa que contém cargos privativos de brasileiros natos.

- A) Governadores de Estado e Prefeitos Municipais.
- B) Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro de Estado de Defesa.
- C) Ministro da Casa Civil.
- D) Vice-Presidente da República.

55. Sobre a competência legislativa, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre

- A) preservação das florestas, fauna e flora.
- B) custas dos serviços forenses.
- C) educação, cultura e desporto.
- D) desapropriação, água, energia elétrica e serviço postal.

56. A lei de diretrizes orçamentárias dispõe sobre as metas e prioridades da Administração Pública federal e orienta a elaboração da lei orçamentária anual. Entre as alternativas abaixo identifique aquelas que estabelecem o que deve estar contido na lei orçamentária.

1. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
2. A fiscalização financeira da administração direta e indireta.
3. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
4. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculadas, da administração direta ou indireta, bem como os fundos ou fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 2.
- B) 2 e 3.
- C) 1, 3 e 4.
- D) 1, 2 e 4.

57. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados quando observados determinados requisitos legais. Analisando as assertivas abaixo, marque as que contêm esses requisitos.

1. O remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, independente de autorização legislativa.
2. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
3. Compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
4. Indicação dos recursos necessários admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa e excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço de dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

O correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 3 e 4.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 2, 3 e 4.

58. Considerando a organização político-administrativa do Estado brasileiro, indique dentre as alternativas abaixo aquelas que contêm as assertivas corretas.

1. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fazem parte da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e são autônomos entre si.
2. É permitido aos Estados, incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mas é exigida a aprovação da população diretamente interessada através de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar.
3. A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, independe de consulta à população e será determinado por lei complementar federal.
4. A criação de Territórios, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem, serão reguladas por lei complementar.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 3 e 4.

59. Considerando as disposições gerais que regem a administração pública a partir do Art. 37 da Constituição Federal/88, indique entre as alternativas abaixo, aquelas que corretamente correspondem aos dispositivos legais.

1. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
2. O prazo de validade do concurso público será de até quatro (04) anos, prorrogável até por duas (02) vezes por igual período.
3. Os casos de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, serão estabelecidos por lei.
4. O servidor público civil, após ter tomado posse no cargo para o qual foi aprovado, ficará impedido de associar-se a sindicatos.

O correto está apenas em:

- A) 2 e 4.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 2, 3 e 4.

60. Considerando a repartição de competência entre as entidades federadas no Brasil, identifique entre as alternativas apresentadas abaixo, aquelas que correspondem corretamente a essa competência.

1. É de competência exclusiva da União, legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e urbanístico.
2. É de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, legislar sobre orçamento, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
3. Compete ao Município, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
4. Compete aos Estados criar, organizar e suprimir distritos.

O correto está apenas em:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 1 e 4.
- D) 2 e 3.